

# RELATÓRIO E CONTAS

2025

APROVADO NO CONSELHO GERAL DE 10 DE ABRIL DE 2026



## INESC MN - MICROSISTEMAS E NANOTECNOLOGIAS

Rua Alves Redol 9,  
1000-029 Lisboa - Portugal

Edifício Tecnologia I – Núcleo 1.1  
Av. Prof. Cavaco Silva, 14  
2740-257 Oeiras - Portugal



## Índice

Órgãos Sociais .....	3
Nota Introdutória .....	4
Estrutura.....	4
Unidade de Investigação .....	5
Transferência de Tecnologia e Inovação.....	5
Atividades Transversais .....	6
Grupos de Investigação .....	7
Laboratório Associado.....	7
Recursos Humanos.....	8
Organigrama.....	9
Análise Económica e Financeira .....	10
Proposta de Aplicação de Resultados .....	13
Considerações Finais .....	13
Demonstrações Financeiras .....	14
Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 .....	19
Relatórios de Auditoria .....	34

Handwritten notes in blue ink on the right margin:

- Handwritten signature/initials at the top.
- V.L.
- Ensaio
- P.F.N.
- J.P.C.
- A.H.
- D.C.

# RELATÓRIO E CONTAS

2025



**INESC MN - MICROSISTEMAS E NANOTECNOLOGIAS**

Rua Alves Redol 9,  
1000-029 Lisboa - Portugal

Edifício Tecnologia I – Núcleo 1.1  
Av. Prof. Cavaco Silva, 14  
2740-257 Oeiras - Portugal

## Órgãos Sociais

(triénio 2024/2026)

### Mesa do Conselho Geral

Presidente da Mesa	Professor Arlindo Oliveira (INESC)
Primeiro Secretário	Professor Rogério Colaço (IST-ID)
Segundo Secretário	Dr. Abílio Ançã Henriques (INESC)

### Conselho de Administração

Presidente	Professor Paulo Jorge Peixeiro de Freitas
Vogais	Doutora Virginia Chu
	Professora Susana Isabel Pinheiro Cardoso de Freitas
	Dr. Pedro Manuel de Andrade Vasconcelos Lomelino
	Professor João Pedro Estrela Rodrigues Conde
	Professora Ana Teresa Correia de Freitas
	Engenheiro Nelson Nobre Escravana

### Comissão Executiva

Presidente	Doutora Virginia Chu
Vogais	Professora Susana Isabel Pinheiro Cardoso de Freitas
	Dr. Pedro Manuel de Andrade Vasconcelos Lomelino

### Conselho Fiscal

Presidente	Professor João Manuel Ricardo Catarino
Vogal	Rosa Maria Martins Soares Monteiro Valente
ROC	Grant Thornton – SROC, Lda., representada pelo Professor Victor Domingos Seabra Franco (ROC nº 432)

## Nota Introdutória

O INESC Microsistemas e Nanotecnologias (“INESC MN”) iniciou a sua atividade no dia 1 de janeiro de 2002 a partir do Grupo de Tecnologia de Estado Sólido do INESC. É uma associação privada sem fins lucrativos, financeiramente independente, tendo-lhe sido atribuído o estatuto de pessoa coletiva de utilidade pública em dezembro de 2004. Os objetivos do INESC MN são os seguintes:

- Investigação e desenvolvimento em áreas estratégicas, nomeadamente sensores magnetoresistivos e eletrónica de spin, MEMS e bioMEMS, materiais funcionais, fotónica e metamateriais, microfluídica e microsistemas para aplicações biológicas, biomédicas e agro-food;
- Formação dos jovens engenheiros e cientistas na utilização de tecnologias de ponta utilizando micro e nanofabricação;
- Criação de propriedade intelectual e transferência de tecnologia para a indústria portuguesa e internacional.

Estando localizado na vizinhança direta do IST, o INESC MN tem um papel relevante e único na formação de alunos de vários cursos (Engenharias Física Tecnológica, Biológica, Biomédica, Eletrotécnica) nas áreas da micro e nanofabricação, microsistemas e nanotecnologias, desenho de circuitos, e continua a alargar os seus contactos a outros departamentos do IST (Engenharias Mecânica, Química, Ciências Nucleares).

## Estrutura

O INESC MN possui uma estrutura que lhe permite abranger uma ampla gama de TRLs, desde a investigação e desenvolvimento de TRL mais baixo na sua Unidade de Investigação, até ao TRL mais elevado, com vista à transferência de tecnologia e comercialização no CTI.

Durante o ano de 2025, com a entrada em funcionamento das instalações do Taguspark, a autonomização das atividades do CTI em relação às atividades da Unidade de Investigação foi acelerada.



## Unidade de Investigação

No ano de 2025 o INESC MN orgulha-se de ter alcançado excelentes indicadores ao nível da Excelência Científica.



*Handwritten notes:*  
 V.C.  
 P.F.  
 Susana  
 JMC  
 AP4  
 9-

Destacam-se 49 publicações em revistas internacionais com revisão por pares, 70% das quais em revistas de alto impacto (1.º quartil), o que representa um significativo crescimento face ao ano anterior.

Destaca-se igualmente a execução de 19 projetos nacionais e 8 projetos europeus, com um orçamento total de cerca de 2,0 M€. Entre os projetos europeus, salientamos um projeto ERC iniciado em 2025 e um projeto Pathfinder Open iniciado em 2024. Entre os projetos nacionais, o INESC MN teve seis projetos PRR com excelente nível de execução.

No domínio da formação avançada, o realce vai para a conclusão de 7 teses de doutoramento e 21 teses de mestrado. Há ainda 17 estudantes com teses de doutoramento em curso.

## Transferência de Tecnologia e Inovação

Esta foi a área de maior crescimento do INESC MN em 2025.

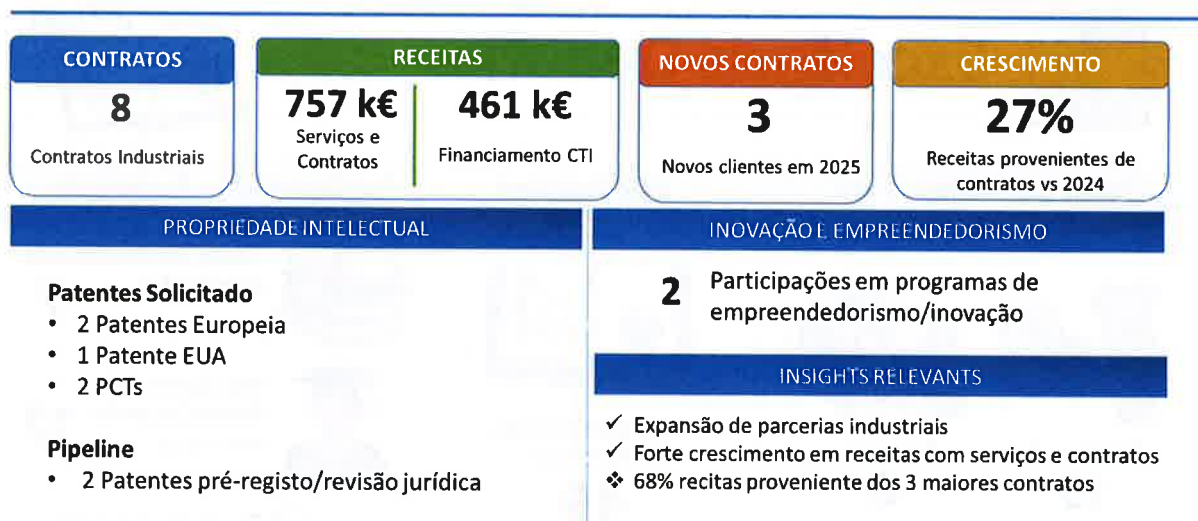
Neste ano o INESC MN celebrou 3 novos contratos, dos 8 contratos que mantém com clientes e parceiros industriais. A receita destes contratos aumentou 27% face ao ano anterior, atingindo 757 k€. Por sua vez a atividade do CTI gerou 461 k€ de financiamento.

A propriedade intelectual foi reforçada com novos pedidos de patentes, na Europa e nos Estados Unidos da América. Merecem também destaque duas participações em programas de empreendedorismo / inovação, e ainda o enquadramento de novas iniciativas sob a forma de spin-offs e startups.

O ano de 2025 marcou a entrada em funcionamento da nova unidade situada no Taguspark, onde foi instalada uma nova Sala Limpa e laboratórios complementares, destinando-se esta nova unidade primordialmente à atividade do CTI.

**TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – INDICADORES 2025**

Parcerias Industriais | Propriedade Intelectual | Inovação



Hm  
 V.a  
 Susaf  
 P.F.  
 JPC  
 AA  
 P.

**Atividades Transversais**

Através de uma combinação de projetos PRR, da Unidade de Investigação (UI/PRR e EQUIPAR 2+), e de autofinanciamento, o INESC MN garantiu investimentos significativos em equipamentos para as salas limpas e laboratórios do INESC MN na Rua Alves Redol e no Taguspark. Foi assegurado um investimento total de cerca de 1,1 M€ em 2025.

Foi também assegurada a manutenção contínua dos equipamentos instalados na Rua Alves Redol.

O INESC MN integra, em conjunto com o INOV e com o INESC-ID, O INESC Lisboa, que coordena interesses comuns e iniciativas estratégicas partilhadas pelos três institutos INESC em Lisboa. Em 2025 coordenou a preparação e apresentação das candidaturas separadas dos três institutos ao Selo de Excelência da UE em Recursos Humanos, garantindo o alinhamento dos procedimentos, documentação e objetivos estratégicos.

O INESC MN integra também o INESC Brussels HUB, juntamente com os outros institutos INESC sediados em Lisboa, Porto e Coimbra. O INESC Brussels HUB reforçou significativamente a visibilidade e o posicionamento dos institutos INESC a nível europeu.

## Grupos de Investigação

Durante 2025, o INESC MN teve os seguintes grupos de investigação:

### SENSORES AVANÇADOS E INTEGRAÇÃO DE MICROSSISTEMAS

- Spintrónica e Biossensores
- MEMS e BioMEMS
- Circuitos e Interfaces Avançadas para Sensores

### MATERIAIS E DISPOSITIVOS FUNCIONAIS AVANÇADOS

- Semicondutores de largo hiato
- Eletrónica orgânica
- Fotónica multimodal

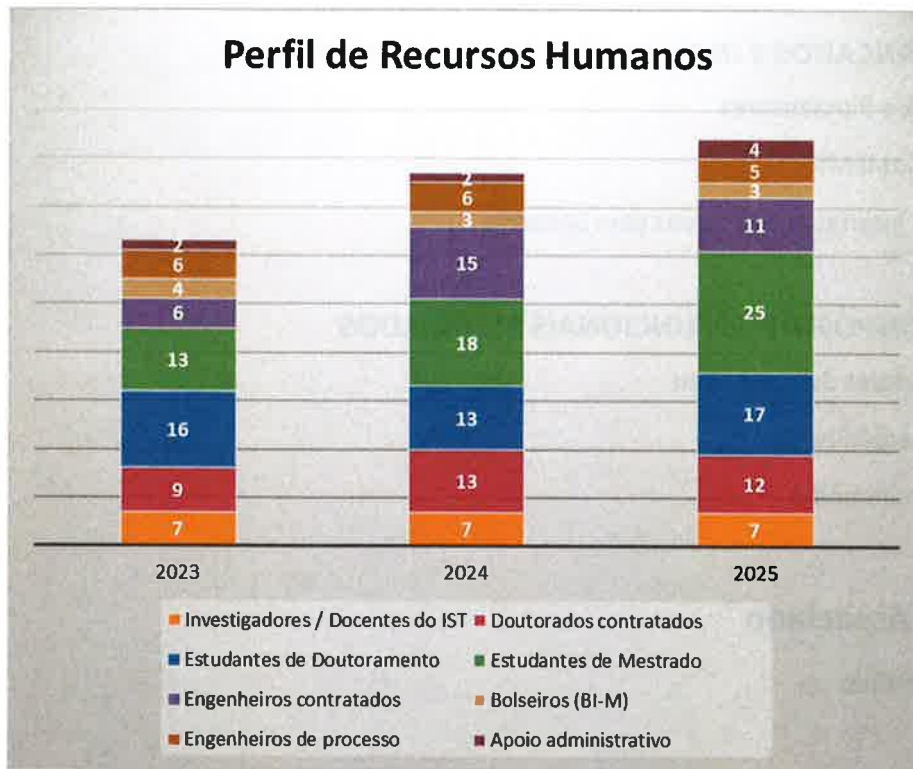
## Laboratório Associado

- Organ-on-Chip

*Handwritten notes:*  
flu  
V-G  
P-FN  
Sensad  
Jm  
ATI  
D.

## Recursos Humanos

A evolução dos Recursos Humanos nos últimos 3 anos é apresentada no gráfico seguinte.

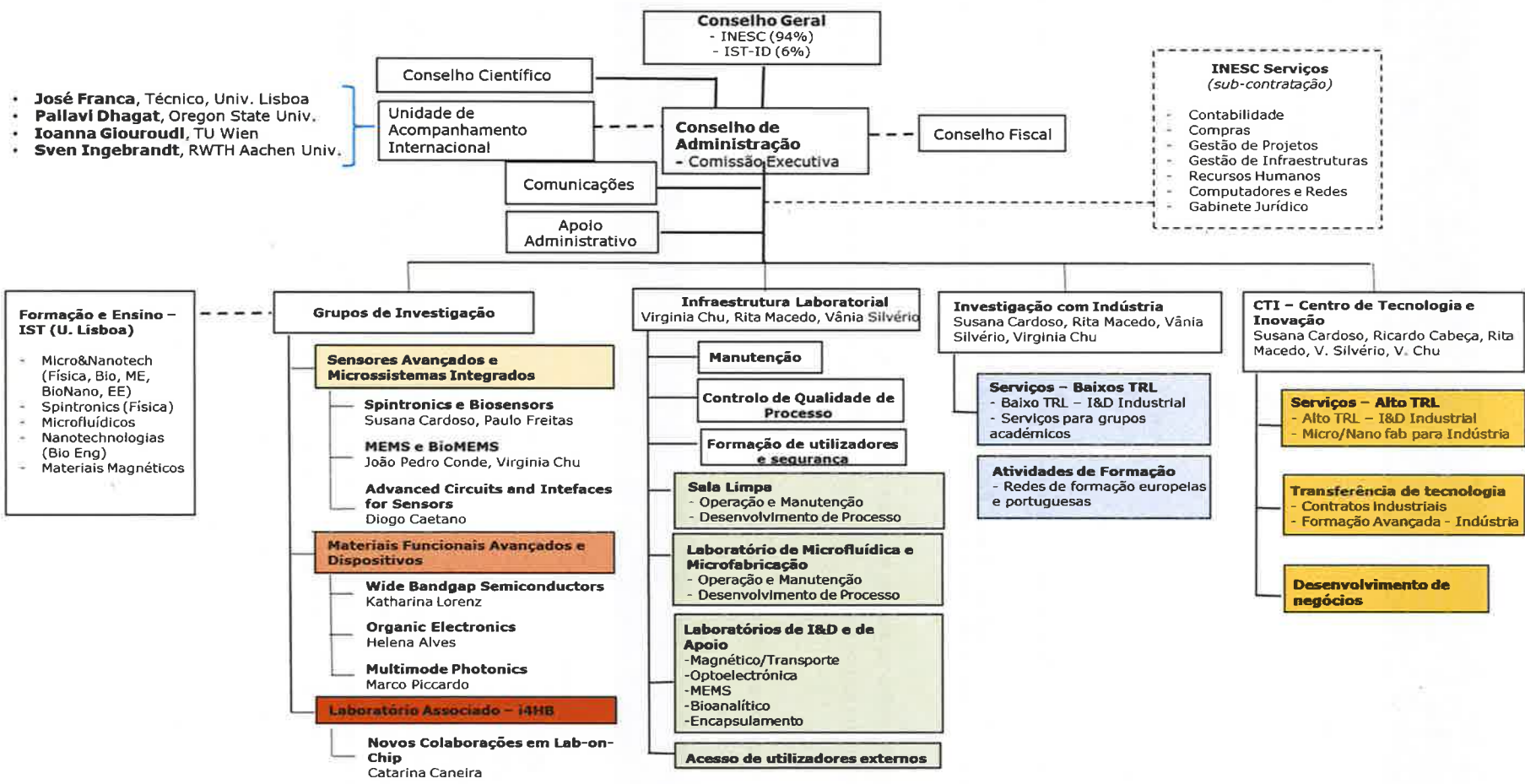


*Handwritten notes:*  
 V.L.  
 Susana  
 P.F.J.  
 Jrc  
 AH  
 G.

De 2023 a 2024, houve um aumento significativo no número de doutorados contratados, que se manteve estável em 2025. O mesmo aumento foi observado nos engenheiros contratados de 2023 a 2024, passando de 6 para 15, com uma ligeira redução para 11 em 2025. Os aumentos resultaram dos projetos PRR e CTI que estavam em andamento durante esse período.

Observa-se um aumento significativo no número de estudantes de mestrado, resultante do aumento de investigadores doutorados que supervisionam esses estudantes.

# Organigrama



*Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom right of the page.*

## Análise Económica e Financeira

O quadro seguinte apresenta, resumidamente, a evolução de alguns indicadores económicos e financeiros dos últimos cinco exercícios:

Informação Financeira	(Milhares de Euros)				
	2025	2024	2023	2022	2021
Rendimentos operacionais (1)	3 229	3 213	2 363	1 682	1 442
EBITDA	611	607	423	268	241
EBIT	50	63	60	39	16
Resultado líquido	46	48	47	32	12
Ativo líquido	6 575	5 833	5 032	4 376	3 808
Fundos patrimoniais	2 798	2 288	2 256	1 790	1 905
Investimento	1 113	882	840	133	22

### (1) Rendimentos com Prestações de Serviços + Projetos de I&D (Subsídios à Exploração)

Em termos de desempenho económico o exercício foi positivo, tendo terminado com um Resultado antes de depreciações, juros e impostos de 611 mil Euros, e um Resultado líquido equilibrado de 46 mil Euros.

No que respeita aos Rendimentos totais, estes atingiram cerca de 3 732 mil Euros, com a seguinte desagregação:

Rendimentos	(Milhares de Euros)				
	2025	2024	2023	2022	2021
Vendas e Prestação de Serviços	757	595	491	376	343
Subsídios à Exploração	2 472	2 618	1 872	1 306	1 099
Outros Rendimentos	503	541	322	158	163
Rendimentos totais	3 732	3 754	2 685	1 840	1 605

Cerca de 50% do total de rendimentos é de origem pública e nacional (1,88 M€), evidenciando, mesmo assim, um decréscimo de 15% face ao ano transato. Nesta rubrica merece destaque a execução dos projetos PRR, no montante de 986 k€ e da Missão Interface CTI, no montante de 461 k€. De registar também o montante de financiamento plurianual da Unidade de Investigação pela FCT, que se cifrou em 186 k€.

Os financiamentos de programas europeus atingiram 593 k€, tendo registado um acréscimo de 41% face ao ano anterior, pesando 16% do total de rendimentos.

Os contratos com clientes industriais registaram um acréscimo assinalável, da ordem de 27%, atingindo 757 k€, contribuindo com 21% do total de rendimentos.

Os restantes rendimentos de 503 k€ correspondem na sua maior parte a subsídio ao investimento reconhecido no exercício.

No que respeita aos Gastos totais, estes atingiram cerca de 3 686 mil Euros, com a seguinte desagregação:

Gastos	(Milhares de Euros)				
	2025	2024	2023	2022	2021
Fornecimentos e serviços externos	1 170	1 074	836	702	555
Gastos com pessoal	1 892	1 769	1 210	851	761
Amortizações e provisões	561	716	511	228	265
Gastos financeiros	5	16	14	7	4
Outros gastos	58	132	68	19	9
<b>Gastos totais</b>	<b>3 686</b>	<b>3 707</b>	<b>2 639</b>	<b>1 808</b>	<b>1 593</b>

Os fornecimentos e serviços externos cresceram 9% face ao ano transato, cifrando-se em 1,17 M€, e representando 32% do total de gastos. Inclui-se aqui parte da renda das instalações no Tagus Park.

Os gastos com o pessoal cresceram 8% para 1,9 M€, atingindo 52% do total de gastos.

As depreciações de equipamentos de 0,56 M€ representam 15% do total de gastos, registando um aumento de 3% face ao ano anterior.

Os restantes gastos, provenientes de rubricas não operacionais, registaram um decréscimo de 83%, cifrando-se em 54 k€, principalmente por não ter havido necessidade de reforçar as provisões constituídas no ano anterior para fazer face aos riscos inerentes à análise pelas agências de financiamento da elegibilidade das despesas executadas.

*Handwritten notes:*  
 V. G.  
 P. F.  
 Susana  
 J.P.  
 A.H.  
 Ø.

No quadro seguinte apresenta-se uma síntese das principais componentes do Balanço de 31 dezembro de 2025, comparativamente com o ano anterior:

Balanço		(Milhares de Euros)		
	2025	2024	Δ %	
<b>Ativo Total</b>	<b>6 575</b>	<b>5 833</b>	<b>13%</b>	
Ativos fixos	3 197	2 645	21%	
Dívidas correntes a receber	3 070	2 797	10%	
Diferimentos	53	11	404%	
Disponibilidades	254	381	-33%	
<b>Passivo Total</b>	<b>3 777</b>	<b>3 545</b>	<b>7%</b>	
Passivo não corrente	0	0		
Dívidas correntes a pagar	1 373	1 237	11%	
Dívidas por financiamentos obtidos	0	0		
Diferimentos	2 404	2 308	4%	
<b>Fundos Patrimoniais</b>	<b>2 798</b>	<b>2 288</b>	<b>22%</b>	
<b>Indicadores</b>				
Autonomia Financeira	43%	39%		

O Ativo total em 31 de dezembro de 2025 ascende a 6 575 mil Euros, o que representa mais 12% que no período homólogo de 2024.

Na estrutura do Balanço, destaca-se o Ativo Fixo, que representa 49% do total do Ativo, tendo crescido 21% em relação ao ano anterior. Esta evolução está relacionada com o esforço de investimento que tem vindo a ser realizado na modernização e aumento de capacidade da infraestrutura tecnológica do INESC MN, e em particular na nova unidade no Taguspark. O investimento atingiu, em 2025, o montante de 1 113 mil Euros, na sua grande parte em novos equipamentos financiados no âmbito dos projetos PRR e CTI.

O montante das Dívidas correntes a receber de 3 070 mil Euros, aumentou 9% face a 2024, e integra sobretudo os valores a receber das agências de financiamento, referentes aos projetos de I&D cofinanciados (2 759 mil Euros), estando diretamente relacionados com a evolução da atividade.

No que se refere ao Passivo, o aumento de 4% dos Diferimentos relaciona-se com os adiantamentos recebidos no âmbito dos projetos Europeus com coordenação do INESC MN. O aumento de 10% nas Dívidas correntes a pagar reflete sobretudo montantes relacionados com a última fase da adaptação da unidade do Taguspark.

O valor do Fundos Patrimoniais no final do exercício (2 798 mil Euros), aumentou 22% face ao ano anterior, em resultado do reconhecimento no exercício de valores de subsídios ao investimento correspondentes a equipamentos adquiridos.

## Proposta de Aplicação de Resultados

Tendo em conta o saldo de prejuízos de anos anteriores, propomos que o Resultado líquido positivo do exercício, no montante de 45.875 Euros (quarenta e cinco mil, oitocentos e setenta e cinco Euros), tenha a seguinte aplicação:

Para reservas legais: 2.294 Euros

Para resultados transitados: 43.581 Euros

## Considerações Finais

O Conselho de Administração apresenta o seu reconhecimento a todas as entidades que acompanharam e cooperaram com o INESC MN, nomeadamente:

Aos Exmos. Senhores membros do Conselho Geral e Exmos. Senhores membros do Conselho Fiscal, pela valiosa colaboração e constante disponibilidade que sempre nos prestaram;

Aos nossos Associados, pelo apoio, disponibilidade e colaboração sempre prestada;

Aos nossos parceiros tecnológicos, pela constante procura do melhor enquadramento para o desenvolvimento da atividade;

Aos nossos clientes e fornecedores, pela confiança, cooperação e apoio que direta ou indiretamente, nos dedicaram;

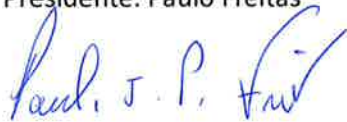
A todos os colaboradores pela sua competência, empenho e leal colaboração ao serviço da instituição;

Às demais entidades que contribuíram para este exercício.

Lisboa, 30 de março de 2026.

### O Conselho de Administração

Presidente: Paulo Freitas



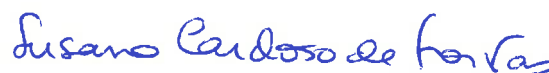
Vogal: Virginia Chu



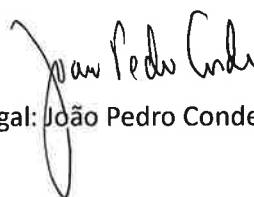
Vogal: Pedro Lomelino



Vogal: Ana Teresa Freitas

Vogal: Susana Cardoso Freitas



Vogal: João Pedro Conde

Vogal: Nelson Escravana



P.F.  
H  
V.C.  
S  
JL  
A  
Q.

## Demonstrações Financeiras

- **Balanços**
- **Demonstração de Resultados Por Naturezas**
- **Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais**
- **Demonstração dos Fluxos de Caixa**
- **Anexo às Demonstrações Financeiras**

**BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**  
(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	2025	2024
<b>ATIVO:</b>			
<b>ATIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Ativos fixos tangíveis	6	3 189 848	2 632 542
Ativos intangíveis		2 776	7 961
Participações financeiras		0	0
Outros investimentos financeiros		0	0
Outros ativos financeiros	7	4 847	4 847
Créditos a receber		0	0
Ativos por impostos diferidos		0	0
<b>Total do ativo não corrente</b>		<b>3 197 470</b>	<b>2 645 349</b>
<b>ATIVO CORRENTE:</b>			
Clientes	9	217 846	117 506
Estado e outros entes públicos	10	75 651	72 288
Outros créditos a receber	9	2 776 700	2 606 781
Diferimentos	11	53 209	10 566
Outros ativos financeiros		0	0
Caixa e depósitos bancários	4	254 160	380 557
<b>Total do ativo corrente</b>		<b>3 377 565</b>	<b>3 187 697</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>6 575 035</b>	<b>5 833 046</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS:</b>			
Fundos	12	500 000	500 000
Outros instrumentos dos fundos patrimoniais	13	0	20 000
Reserva legal	14	1 665	1 665
Outras reservas		0	0
Resultados transitados		(14 981)	(63 121)
Excedentes de revalorização	15	0	0
Ajustamentos em ativos financeiros		0	0
Outras variações nos fundos patrimoniais	16	2 265 689	1 781 576
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>2 752 373</b>	<b>2 240 120</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>2 798 248</b>	<b>2 288 260</b>
<b>PASSIVO:</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Provisões		0	0
Financiamentos obtidos		0	0
Passivos por impostos diferidos		0	0
Outras dívidas a pagar		0	0
<b>Total do passivo não corrente</b>		<b>0</b>	<b>0</b>
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>			
Fornecedores	18	859 048	748 970
Estado e outros entes públicos	10	98 091	49 944
Financiamentos obtidos		0	0
Associados e empresas relacionadas	18	131 525	131 525
Outras dívidas a pagar	18	284 414	306 223
Diferimentos	11	2 403 708	2 308 124
<b>Total do passivo corrente</b>		<b>3 776 787</b>	<b>3 544 786</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>3 776 787</b>	<b>3 544 786</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>6 575 035</b>	<b>5 833 046</b>

*Handwritten notes:*  
V.L.  
P.F.  
D.C.  
J.R.

A CONTABILISTA CERTIFICADA  
Nº 91 565

*Handwritten signature:* Paula Louche

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

*Handwritten signatures and names:*  
Paulo Louche  
Ana Teresa Freitas  
Susana Cardoso de Freitas  
Mário João Gomes

*Sus*  
*Alu*  
*V.K*  
*P.F*  
*JPC*

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**  
**DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**  
**(Montantes expressos em Euros)**

<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>	<b>Notas</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Vendas e serviços prestados	20	757 073	595 239
Ganhos imputados de subsidiárias e associadas		0	0
Trabalhos para a própria entidade		0	0
Subsídios à exploração	21	2 471 541	2 618 202
Fornecimentos e serviços externos	22	(1 169 693)	(1 073 898)
Gastos com o pessoal	23	(1 891 771)	(1 769 123)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0	(171 466)
Provisões (aumentos/reduções)		0	0
Aumentos / reduções de justo valor		0	0
Outros rendimentos	24	501 551	540 518
Outros gastos	25	(57 935)	(132 362)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		610 766	607 110
Gastos de depreciação	6	(560 978)	(544 390)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0	0
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		49 788	62 720
Juros e rendimentos similares obtidos		1 376	954
Juros e gastos similares suportados	26	(5 289)	(15 528)
Resultado antes de impostos		45 875	48 145
Impostos sobre o rendimento do exercício	8	0	(5)
Resultado líquido do exercício		45 875	48 140
Resultado por unidade de participação	28	0,09	0,10

A CONTABILISTA CERTIFICADA  
Nº 91 565

*Janice Loureiro*

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

*Udo de Lencastre*  
*Udo*  
*Paul. S.P. Furtado*  
*Susana Cardoso de Brito*  
*João Pedro André*  
*Ana Tereza Freitas*  
*Pedro Paulo Correia*

**DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS**

**DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	Fundos	Outros instrumentos dos fundos patrimoniais	Reserva legal	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do exercício	Total dos fundos patrimoniais
Saldo em 01 de janeiro de 2024		500 000	20 000	1 665	(120 627)	11 007	1 797 174	46 500	2 255 718
Constituição de prestações acessórias		-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios ao investimento	16	-	-	-	-	-	(15 598)	-	(15 598)
Aumento de capital		-	-	-	-	-	-	-	-
Prestações Acessórias		-	-	-	-	-	-	-	-
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis	15	-	-	-	11 007	(11 007)	-	-	-
Aplicação do resultado líquido de 2023	17	-	-	-	46 500	-	-	(46 500)	-
Resultado líquido do exercício 2024		-	-	-	-	-	-	48 140	48 140
Saldo em 31 de dezembro de 2024		500 000	20 000	1 665	(63 121)	-	1 781 576	48 140	2 288 260
Subsídios ao investimento	16	-	-	-	-	-	484 113	-	484 113
Aumento de capital		-	-	-	-	-	-	-	-
Prestações Acessórias		-	(20 000)	-	48 140	-	-	-	28 140
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis	15	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplicação do resultado líquido de 2024	17	-	-	-	-	-	-	(48 140)	(48 140)
Resultado líquido do exercício 2025		-	-	-	-	-	-	45 875	45 875
Saldo em 31 de dezembro de 2025		500 000	-	1 665	(14 981)	-	2 265 689	45 875	2 798 248

A CONTABILISTA CERTIFICADA

Nº 91 565

*[Handwritten signature]*

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

*Susana Cardoso de Sousa*

*Ana Teresa Freitas*

*João Pedro André*  
Pág. 17 / 34

*Melhor Nome Branco*

*[Handwritten initials and marks]*

V. C.  
P. F. J.  
Rosal  
J. P.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA****DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2025	2024
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>			
Recebimentos de clientes		677 947	619 513
Recebimentos de subsídios à exploração		2 466 372	3 265 438
Pagamentos a fornecedores		(2 002 010)	(983 840)
Pagamentos ao pessoal		(1 667 860)	(1 674 154)
Fluxos gerados pelas operações		(525 551)	1 226 956
Pagamento de imposto sobre o rendimento		-	-
Outros (pagamentos) / recebimentos		314 929	(421 040)
Fluxos das atividades operacionais [1]		(210 622)	805 916
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento	16	952 767	524 913
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(844 206)	(1 134 938)
Fluxos das atividades de investimento [2]		108 561	(610 025)
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Aumento de Capital		-	-
Juros Concedidos		954	954
		954	954
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	(160 814)
Prestações acessórias		(20 000)	-
Juros e gastos similares	26	(5 289)	(15 528)
Fluxos das atividades de financiamento [3]		(24 335)	(175 389)
Varição de caixa e seus equivalentes [4] = [1] + [2] + [3]		(126 397)	20 503
Reversão / (constituição) de depósitos cativos	4	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	380 557	360 054
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	254 160	380 557

**A CONTABILISTA CERTIFICADA**

Nº 91 565

*[Handwritten signature]*

**O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

## Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 (Montantes expressos em Euros)

### 1. NOTA INTRODUTÓRIA

O INESC Microsistemas e Nanotecnologias - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores para os Microsistemas e as Nanotecnologias ("Instituto" ou "INESC MN") é uma associação científica e técnica sem fins lucrativos, constituída em 19 de junho de 2001 e que tem como atividade principal a prestação de serviços no campo da inovação e desenvolvimento tecnológico orientada a entidades de natureza empresarial e organismos públicos.

O Instituto é detido em 94% pelo INESC – Engenharia de Sistemas e Computadores ("INESC"). Consequentemente, as operações do Instituto são influenciadas por esta entidade e IST ID.

A 1 de janeiro de 2025 substitui-se o SAP R3 pelo SAP4Hana, com migração de dados e implementação de novas funcionalidades, tendo sido garantida a continuidade das operações.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a moeda utilizada preferencialmente no ambiente económico em que o Instituto opera.

É entendimento do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Instituto, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

### 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, vertidas no Decreto de Lei n.º 36 – A/2011 que aprovou o regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo ("ESNL") que fazem parte do Decreto-lei n.º158/2009, e de acordo com a estrutura conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e Normas Interpretativas ("NI") consignadas, respetivamente, nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho de 2015, as quais no seu conjunto constituem o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"). Acresce referir que o modelo das demonstrações financeiras e quadro de contas também foram alterados, respetivamente, pela Portaria nº 220/2015 de 24 de julho de 2015 e Declaração de Retificação nº 41-B/2015 de 21 de setembro de 2015 e pela Portaria nº 218/2015 de 23 de julho de 2015 e Declaração de Retificação nº 41-A/2015 de 21 de setembro de 2015.

De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por "NCRF - ESNL".

### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

#### 3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Instituto, mantidas de acordo com as NCRF - ESNL em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade de o Instituto operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes, à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que o Instituto dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as mesmas no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras, a partir dos livros e registos contabilísticos do Instituto, mantidos de acordo com as NCRF - ESNL em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

#### 3.2. Participações financeiras em empresas participadas

As participações financeiras em empresas participadas são registadas ao custo de aquisição e deduzidas de eventuais perdas de imparidade. Os rendimentos resultantes das participações financeiras (dividendos ou lucros

*Handwritten notes:*  
 V.L.  
 P. F.  
 J.F.  
 A.F.  
 P.

distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do exercício em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

É feita uma avaliação das participações financeiras quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

### 3.3. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Alguns ativos fixos tangíveis referentes a equipamentos instalados no laboratório do Instituto são uma classe de ativos com natureza e uso semelhantes nas suas operações, pelo que foram registados de acordo com o modelo de revalorização, correspondendo a sua quantia escriturada na data de relato ao seu valor revalorizado. Subsequentemente a quantia escriturada é deduzida de depreciações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São efetuadas revalorizações sempre que se verificam alterações significativas no justo valor do ativo e sempre que o justo valor é determinável com fiabilidade.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio na rubrica “Excedentes de revalorização”, exceto se reverter um decréscimo previamente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente na rubrica “Excedentes de revalorização” até à concorrência de qualquer saldo credor do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor é reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização incluído no capital próprio associado ao ativo não é reclassificado para resultados.

Os restantes ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com (i) o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, para equipamentos de uso comum na atividade da instituição e da infraestrutura tecnológica, ou (ii) para os bens e equipamentos adquiridos especificamente no âmbito de projetos de investigação e desenvolvimento, de acordo com a intensidade de utilização na realização das tarefas do projeto e com a sua utilização futura após a conclusão do(s) projeto(s) para cuja execução foram adquiridos.

#### Vidas úteis e depreciação:

Os ativos fixos tangíveis comuns da estrutura são depreciados de acordo com o método das quotas constantes durante as seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos</u>
Equipamento básico	1 a 7
Equipamento administrativo	5 a 8
Equipamento específico de laboratório	10

Para os bens do ativo imobilizado adquiridos e usados no âmbito de projetos específicos de investigação e desenvolvimento, o método de depreciação é definido do seguinte modo:

- Para os bens e equipamentos que não tenham uma utilidade esperada, ou benefícios económicos futuros associados, após a conclusão das tarefas do projeto para cuja execução foram adquiridos, considera-se que a vida útil se esgota até ao final do respetivo projeto;
- Para os bens e equipamentos que, tendo utilidade esperada após a conclusão do projeto respetivo, estejam sujeitos a uma utilização intensiva na realização das tarefas dos projetos, testes e experimentação, ou a perdas de valor por obsolescência tecnológica, será utilizado um método de depreciação das quotas decrescentes, ou outro, de modo a ajustar o ritmo de depreciação ao nível de utilização e ao benefício económico obtido.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

*Handwritten notes:*  
 D...  
 V.L.  
 P.S.N.  
 S...  
 J...  
 A...  
 P...

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e o valor líquido contabilístico do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

#### 3.4. Imparidade de ativos fixos tangíveis

Sempre que exista algum indicador que os ativos fixos tangíveis do Instituto possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável a fim de determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimado o valor recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável do ativo consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender; e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que o valor líquido contabilístico do ativo for superior ao seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (líquido de depreciações) caso a perda não tivesse sido registada.

#### 3.5. Loações

Os pagamentos de loações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

#### 3.6. Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, independentemente da data/momento da sua faturação. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputados aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

#### 3.7. Subsídios

##### Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que o Instituto irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos. Caso ocorram factos subsequentes que demonstrem existir um risco de não cobrança desses valores, são registadas imparidades para cobrir este risco.

##### Subsídios ao investimento

Os subsídios recebidos a fundo perdido para financiamento de aquisições de ativos fixos tangíveis são registados nos fundos patrimoniais, como outras variações nos fundos patrimoniais, na rubrica de subsídios, e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos fixos tangíveis subsidiados.

##### Subsídios à exploração

Handwritten notes and signatures on the right margin, including initials like 'V.L.', 'P.W.', 'SUSV', 'JAC', and 'AVH'.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Os subsídios do Governo que têm por finalidade compensar gastos já incorridos ou que não têm gastos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Os subsídios obtidos no âmbito da execução dos projetos nacionais ou no âmbito de projetos europeus são registados na rubrica “Subsídios à exploração”, na parte correspondente aos gastos incorridos em cada projeto, independentemente do momento do seu recebimento, registando-se na rubrica de passivo (“Diferimentos”) os adiantamentos e na rubrica do ativo (“Outros créditos a receber”) os montantes a receber.

### 3.8. Impostos sobre o rendimento

Dado o seu estatuto de pessoa coletiva de utilidade pública, o Instituto encontra-se isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”). Nos termos do artigo 88.º do IRC, o Instituto encontra-se, contudo, sujeito a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

### 3.9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

#### Provisões:

São reconhecidas provisões apenas quando o Instituto tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

#### Passivos contingentes:

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

#### Ativos contingentes:

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

### 3.10. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos e é reconhecido líquido de impostos relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- O Instituto não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para o Instituto; e
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para o Instituto;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento da transação/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

*Handwritten notes:*  
 V.C.  
 P. Ful  
 Sus  
 21e  
 AM  
 P.

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

### 3.13. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

#### Reconhecimento de subsídios à exploração:

O Instituto regista os subsídios à exploração de acordo com a fase de acabamento dos projetos que lhes estão associados.

#### Registo de provisões:

O Instituto analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para liquidação das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

#### Perdas por imparidade em contas a receber:

O risco de não cobrança dos saldos de contas a receber, em particular de valores a receber relativos a subsídios à exploração é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica da entidade financiadora, natureza do projeto envolvido e enquadramento macroeconómico. As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão divergir do risco efetivo a incorrer.

#### Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis:

A vida útil de um ativo é o período durante o qual o Instituto espera que um ativo esteja disponível para uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

A determinação das vidas úteis dos ativos, do método de depreciação a aplicar e das perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício. Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão.

### 3.14. Classificações de balanço

São classificados, respetivamente, no ativo e no passivo como correntes, os ativos realizáveis e os passivos cuja exigibilidade o Instituto não detenha o direito incondicional de diferir para um período superior a um ano da data do balanço, ou que são expectáveis que se realizem no decurso normal das operações.

Handwritten notes and signatures on the right margin, including initials like V.C., P.F., and others.

Nos casos em que existe uma incerteza fundamental na cobrança de saldos de clientes e ou outros devedores, a correspondente receita originada pelos serviços prestados pelo Instituto é integralmente diferida.

O rédito dos contratos de prestações de serviços de carácter plurianual é apurado de acordo com o estado de execução dos projetos e na parte correspondente aos gastos efetivamente incorridos, registando-se no ativo os valores a faturar com base em estimativas desses gastos, ou no passivo os serviços por prestar.

### 3.11. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando o Instituto se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas (no caso de ativos financeiros), quando:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde ao valor pelo qual um ativo financeiro ou um passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre esse montante na data do balanço e na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados no valor líquido contabilístico do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado incluem:

- Clientes e outros créditos a receber;
- Fornecedores e outras dívidas a pagar; e
- Financiamentos obtidos.

#### Caixa e equivalentes de caixa:

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses).

#### Imparidade de ativos financeiros:

Os ativos financeiros são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente. Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre o valor líquido contabilístico do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados.

#### Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros:

O Instituto desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais o Instituto reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido. O Instituto desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

### 3.12. Acontecimentos após a data do balanço

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin, including initials like 'V.L.', 'P.F.', 'J.M.', 'A.A.', and 'R.'.

O aumento verificado na rubrica de "Ativos fixos tangíveis em curso" no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, corresponde, essencialmente, à aquisição de máquinas no âmbito dos diversos projetos de inovação tecnológica que o Instituto atualmente executa e os quais se espera que sejam transferidos de "Ativos fixos tangíveis em curso" para "Equipamento básico" no prazo de um ano.

## 7. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

### Fundo de Compensação de Trabalho

Foi publicada no Diário da República a Lei nº70/2013, de 30 de agosto, que veio estabelecer os regimes jurídicos do Fundo de Compensação de Trabalho ("FCT"), do Mecanismo Equivalente ("ME") e do Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho ("FGCT").

Estes regimes são aplicáveis aos contratos celebrados a partir de 1 de outubro de 2013.

O FCT e o FGCT são fundos de adesão individual e obrigatória pelo empregador, podendo este, no entanto aderir ao ME, em alternativa ao FCT, nos termos estabelecidos pela lei, optando o Instituto pelo FCT e pelo FGCT.

O Instituto tem de inscrever obrigatoriamente o novo trabalhador contratado nos dois mecanismos, criados para assegurar o pagamento de metade da compensação ao trabalhador em caso de cessão do contrato de trabalho.

Ao FCT (conta poupança das empresas) o Instituto paga 0,925% e ao FGCT ou ME 0,075%, da retribuição do trabalhador. As entregas são mensais, nos prazos previstos para o pagamento de contribuições à Segurança Social. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresentava um saldo de 4.847 Euros, referente a este fundo.

## 8. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Dado o seu estatuto de pessoa coletiva de utilidade pública, o INESC MN encontra-se isento de IRC. Nos termos do artigo 88º do Código do IRC, o Instituto encontra-se, contudo, sujeito a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado e que, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, ascenderam a 0 Euros e 5 Euros, respetivamente (Nota 10).

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais por um período de quatro anos (cinco anos de Segurança Social), exceto estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos exercícios de 2020 a 2025 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração do Instituto entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

## 9. CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as contas a receber do Instituto tinham a seguinte composição:

Alva  
V.C.  
P.FJ  
SUSV  
JIC  
A.H.  
E.

*Handwritten signatures and initials:*  
 V.C.  
 P. FN  
 JPR  
 MA  
 D.

**4. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses).  
 Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica "Caixa e seus equivalentes" tinha a seguinte composição:

	2025	2024
Caixa	224 313	303 410
Depósitos à ordem imediatamente mobilizáveis	29 847	77 147
Depósitos a prazo	254 160	380 557
Caixa e depósitos bancários	-	-
Depósitos cativos	254 160	380 557
Caixa e equivalentes de caixa	-	-

**5. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E CORREÇÃO DE ERROS**

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas nem foram identificados erros materiais que devessem ser corrigidos.

**6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS**

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

	2025				Total
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Ativos fixos tangíveis em curso	
<b>Ativo bruto:</b>					
Saldo inicial	-	5 368 244	17 184	763 816	6 149 244
Aquisições	242 558	35 434	6 733	832 171	1 116 896
Transferências	-	371 925	-	(371 925)	-
Saldo final	242 558	5 775 603	23 917	1 224 062	7 266 140
<b>Depreciações:</b>					
Saldo inicial	-	3 504 884	11 818	-	3 516 702
Depreciações do exercício	11 978	537 776	9 836	-	559 590
Saldo final	11 978	4 042 660	21 654	-	4 076 293
<b>Ativo líquido</b>	230 580	1 732 943	2 263	1 224 062	3 189 848

	2024				Total
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Ativos fixos tangíveis em curso	
<b>Ativo bruto:</b>					
Saldo inicial	-	4 952 729	10 863	303 892	5 267 483
Aquisições	-	90 809	6 321	784 632	881 762
Transferências	-	324 706	-	(324 706)	-
Saldo final	-	5 368 244	17 184	763 817	6 149 246
<b>Depreciações:</b>					
Saldo inicial	-	2 962 190	10 123	-	2 972 313
Depreciações do exercício	-	542 694	1 696	-	544 390
Saldo final	-	3 504 884	11 818	-	3 516 703
<b>Ativo líquido</b>	-	1 863 360	5 366	763 817	2 632 542

	2025		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
<u>Clientes</u>			
Gerais			
Partes relacionadas (Nota 27)	269 860	(52 014)	217 846
	<u>269 860</u>	<u>(52 014)</u>	<u>217 846</u>
<u>Outros créditos a receber:</u>			
Subsídios à exploração (a)	3 107 835	(331 135)	2 776 700
Acréscimos de rendimentos - Serviços prestados	40 000	(40 000)	-
Outros			
Outros			
	<u>3 147 835</u>	<u>(371 135)</u>	<u>2 776 700</u>
	<u>3 417 695</u>	<u>(423 149)</u>	<u>2 994 546</u>

	2024		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
<u>Clientes</u>			
Gerais			
Partes relacionadas (Nota 27)	169 520	(52 014)	117 506
	<u>169 520</u>	<u>(52 014)</u>	<u>117 506</u>
<u>Outros créditos a receber:</u>			
Subsídios à exploração (a)	2 827 611	(331 135)	2 496 476
Acréscimos de rendimentos - Serviços prestados	73 659	(40 000)	33 659
Outros			
Outros			
	<u>2 901 270</u>	<u>(371 135)</u>	<u>2 530 135</u>
	<u>3 147 436</u>	<u>(423 149)</u>	<u>2 724 287</u>

(a) Os subsídios à exploração em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respeitam aos montantes a receber referente de subsídios obtidos no âmbito da execução dos projetos nacionais e europeus reconhecidos em resultados na rubrica de "Subsídios à exploração", na parte correspondente aos gastos incorridos em cada projeto, independentemente do momento do seu recebimento.

O movimento das perdas por imparidade para clientes no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foi como segue:

Descrição	2025			
	Saldo inicial	Utilizações	Reforços	Saldo final
Clientes	52 014	-	-	52 014
Outros créditos a receber	371 135	-	-	371 135
	<u>423 149</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>423 149</u>

Descrição	2024			
	Saldo inicial	Utilizações	Reforços	Saldo final
Clientes	54 445	(2 431)	-	52 014
Outros créditos a receber	199 669	-	171 466	371 135
	<u>254 114</u>	<u>(2 431)</u>	<u>171 466</u>	<u>423 149</u>

*Handwritten notes:*  
 V.G.  
 P.F.N.  
 Susc  
 7 PC  
 AH  
 E.

	2024		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
<u>Clientes</u>			
Gerais	169 520	(52 014)	117 506
Partes relacionadas (Nota 27)	-	-	-
	<u>169 520</u>	<u>(52 014)</u>	<u>117 506</u>
<u>Outros créditos a receber:</u>			
Subsídios à exploração (a)	2 827 611	(331 135)	2 496 476
Acréscimos de rendimentos - Serviços prestados	73 659	(40 000)	33 659
Outros	76 646	-	76 646
Outros	<u>2 977 916</u>	<u>(371 135)</u>	<u>2 606 781</u>
	<u>3 147 436</u>	<u>(423 149)</u>	<u>2 724 287</u>

*[Handwritten signatures and initials: V. C., P. F. V., S. S. S., J. M. C., A. A. A., D.]*

**10. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as rubricas de "Estado e outros entes públicos" tinham a seguinte composição:

	2025	2024
<u>Ativo:</u>		
IVA a Restituir	75 651	72 285
Outros	-	3
	<u>75 651</u>	<u>72 288</u>
<u>Passivo:</u>		
IRC - Estimativa de imposto (Nota 8)	51 619	-
Imposto sobre Valor Acrescentado ("IVA")	14 180	14 549
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	32 293	35 395
Contribuições para a Segurança Social	<u>98 091</u>	<u>49 944</u>

**11. DIFERIMENTOS**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as rubricas de "Diferimentos", tinham a seguinte composição:

	2025	2024
<u>Ativo:</u>		
Gastos diferidos	<u>53 209</u>	<u>10 566</u>
<u>Passivo:</u>		
Subsídios à exploração	<u>2 403 708</u>	<u>2 308 124</u>

**12. FUNDOS**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os fundos do Instituto encontram-se totalmente subscritos e realizados, sendo compostos por 500.000 unidades de participação com o valor nominal de 1 Euro cada.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os fundos estavam repartidos pelas seguintes entidades:

	%	
INESC	94%	470.000
IST ID - Associação do Instituto Superior Técnico para a Investigação e Desenvolvimento ("IST ID")	6%	30.000
	<u>100%</u>	<u>500.000</u>

**13. OUTROS INSTRUMENTOS DOS FUNDOS PATRIMONIAIS**

Em 31 de dezembro de 2024, os outros instrumentos dos fundos patrimoniais são de 20 000 Euros respeitam a prestações acessórias, concedidas pelo INESC, não vencem juros e não têm prazo de reembolso definido, que por decisão do Conselho Geral em 2025 foram liquidados, sendo o saldo no fim de 2025 de 0 Euros.

*[Handwritten signatures and initials: V.L., P.F.M., J.M., A.A., P.]*

**14. RESERVA LEGAL**

O Instituto tem por base o estipulado na legislação comercial que estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% dos fundos, sem, no entanto, estar obrigado, de acordo com a legislação aplicável ao Instituto, à sua constituição de acordo com o Código das Sociedades Comerciais.

**15. EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO**

Os excedentes de revalorização resultam da reavaliação dos ativos fixos tangíveis, efetuada nos termos da legislação aplicável. De acordo com a legislação vigente e as práticas seguidas em Portugal, os excedentes de revalorização não são distribuíveis, podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas em futuros aumentos dos fundos da Instituto.

Em 31 de dezembro de 2025 os ativos revalorizados, encontram-se totalmente amortizados, pelo que a reserva associada foi realizada através da rubrica de resultados transitados.

**16. OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS**

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o movimento da rubrica “Outras variações nos fundos patrimoniais” foi o seguinte:

	Outras variações nos fundos patrimoniais
Saldo em 1 de janeiro de 2024	1 797 174
Reconhecimento do exercício (Nota 24)	(491 410)
Subsídios obtidos	475 812
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>1 781 576</u>
Reconhecimento do exercício (Nota 24)	(468 654)
Subsídios obtidos	952 767
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>2 265 689</u>

Estes montantes respeitam aos subsídios recebidos a fundo perdido para financiamento de aquisições de ativos fixos tangíveis e são reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às depreciações dos equipamentos subsidiados.

**17. APLICAÇÃO DO RESULTADO**

Aplicação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

De acordo com deliberação do Conselho Geral de 15 de abril de 2025, o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, no montante de 48 140 Euros, foi integralmente transferido para resultados transitados.

Aplicação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

De acordo com deliberação do Conselho Geral de 17 de abril de 2024, o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, no montante de 46.500 Euros, foi integralmente transferido para resultados transitados.

**18. FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de “Fornecedores” e “Outras dívidas a pagar” tinha a seguinte composição:

	2025	2024
Fornecedores:	521 000	610 566
Partes relacionadas (Nota 27)	21 763	7 892
Fornecedores de investimento	316 285	130 512
Gerais	859 048	748 970
Outras dívidas a pagar:		
Credores por acréscimo de gastos:	207 589	225 222
Remunerações a liquidar	97	6 207
Outros acréscimos	131 525	131 525
Associados (Nota 27)	23 432	40 906
Parceiros	53 296	33 889
Outros credores	415 939	437 749
	1 274 987	1 186 718

*Handwritten signatures and initials:*  
 V.C.  
 P.F.  
 J.M.  
 A.A.  
 P.

O montante de outras dívidas a pagar relativas a "Parceiros" é referente ao montante que o Instituto tem a pagar aos parceiros dos projetos em curso, como coordenador desses projetos.

**19. LOCAÇÕES**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Instituto não utiliza bens adquiridos ao abrigo de contratos de locação financeira, existindo diversos contratos de locação operacional, essencialmente, relacionados com o arrendamento de espaços ao INESC e Taguspark.

As locações operacionais são referentes ao contrato de arrendamento relativo às suas instalações, renovado anualmente, estimando-se que o valor das rendas, nos próximos anos, corresponda a valores similares aos de 2025. O gasto com rendas e alugueres reconhecido na demonstração dos resultados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi de 282 765 Euros e 178 103 Euros, respetivamente (Nota 22).

**20. RÉDITO**

A rubrica de "Vendas e serviços prestados" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, tinha a seguinte composição:

	2025	2024
Prestações de serviços	757 073	595 239

As prestações de serviços respeitam a serviços técnicos prestados a universidades, a outros Institutos e empresas industriais.

**21. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO**

A rubrica de "Subsídios à exploração" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, tinha a seguinte composição:

	2025	2024
Projetos nacionais	1 877 891	2 198 237
Projetos europeus	593 650	419 965
	2 471 541	2 618 202

Os valores recebidos pelo Instituto, correspondentes a subsídios à exploração, encontram-se sujeitos a diversos níveis de verificação e a exames a realizar pelas entidades que os concederam. Assim, os montantes recebidos a título de subsídios e ainda não integralmente verificados e examinados por aquelas entidades, podem ser sujeitos a eventuais correções. Contudo, a Administração do Instituto entende que eventuais correções resultantes de revisões / inspeções por parte das autoridades competentes não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

**22. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS**

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, tinha a seguinte composição:

	2025	2024
Trabalhos especializados	176 590	284 355
Rendas e alugueres	282 765	178 103
Componentes	15 728	73 410
Ferramentas e utensílios	297 103	349 395
Deslocações e estadas	74 087	96 321
Outros	323 420	92 314
	<u>1 169 693</u>	<u>1 073 898</u>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram obtidos serviços de partes relacionadas no montante de 195.471 Euros e 181.832 Euros, respetivamente (Nota 27).

**23. GASTOS COM O PESSOAL**

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, tinha a seguinte composição:

	2025	2024
Remunerações	1 345 520	1 281 813
Bolsas	79 973	52 059
Encargos sobre as remunerações ao pessoal	297 832	285 007
Subsídio de refeição	81 088	82 887
Seguros	61 714	59 731
Indemnizações	-	3 410
Outros	25 645	4 216
	<u>1 891 771</u>	<u>1 769 123</u>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Instituto reconheceu o montante de 133.394 Euros e 107.362 Euros, respetivamente, de cedências de pessoal efetuadas por partes relacionadas (Nota 27).

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Instituto teve ao seu serviço, em média, 37 e 36 empregados, respetivamente.

**24. OUTROS RENDIMENTOS**

A rubrica de "Outros rendimentos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, tinha a seguinte composição:

	2025	2024
Subsídios ao investimento (Nota 16)	472 174	491 410
Outros	29 377	49 108
	<u>501 551</u>	<u>540 518</u>

**25. OUTROS GASTOS**

A rubrica de "Outros gastos" no exercício findo de 31 de dezembro de 2025 e 2024, respeitava maioritariamente a encargos incorridos com inscrições em cursos e quotizações e a regularização de despesas de anos anteriores relacionadas com projetos.

**26. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS**

Os juros e gastos similares suportados no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, tinham a seguinte composição:

	2025	2024
Juros de financiamentos	184	5 826
Outros	5 106	9 702
	<u>5 289</u>	<u>15 528</u>

## 27. PARTES RELACIONADAS

### Transações com partes relacionadas:

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

	2025			
	Serviços prestados (Nota 20)	Gastos com o pessoal (Nota 23)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 22)	Outros gastos
INESC	-	89 835	176 736	648
INOVINESC	-	-	-	826
INESC ID	4 730	-	-	-
IST	-	43 559	7 672	-
INESCTEC	-	-	11 063	-
	<u>4 730</u>	<u>133 394</u>	<u>195 471</u>	<u>1 474</u>

	2024			
	Serviços prestados (Nota 20)	Gastos com o pessoal (Nota 23)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 22)	Outros gastos
INESC	-	107 362	179 570	648
INOVINESC	-	-	-	-
IST	-	-	2 262	1 407
INESCTEC	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>107 362</u>	<u>181 832</u>	<u>2 055</u>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as transações efetuadas entre as partes relacionadas respeitam, essencialmente, a rendas de espaços, serviços partilhados e débito de gastos gerais.

### Saldos com partes relacionadas:

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Instituto apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

*Handwritten notes:*  
 K.C.  
 P.F.V.  
 J.R.  
 A.R.  
 D.C.

*JFC*

	2025		
	Clientes (Nota 9)	Fornecedores (Nota 18)	Outras dívidas a pagar/receber (Nota 18)
INESC (a)	-	521 000	131 525
INESC INOV	-	933	9 569
IST	-	-	-
INESCTEC	-	-	15 000
IST- ID	-	-	-
	-	521 934	156 094

	2024		
	Clientes (Nota 9)	Fornecedores (Nota 18)	Outras dívidas a pagar/receber (Nota 18)
INESC (a)	-	602 647	131 525
INESC INOV	-	-	-
IST	-	-	-
INESCTEC	-	7 919	-
	-	610 566	131 525

(a) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o saldo registado na rubrica de outras dívidas a pagar corresponde a um empréstimo concedido pelo INESC, sem prazo de reembolso definido e que não vence juros.

**28. RESULTADO POR UNIDADE DE PARTICIPAÇÃO**

O resultado por unidade de participação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foi determinado como segue:

	2025	2024
Resultado líquido do exercício	45 875	48 140
Número de unidades de participação (Nota 12)	500 000	500 000
Resultado por unidade de participação	0,09	0,10

A CONTABILISTA CERTIFICADA  
Nº 91 565

*Isabel Loureiro*

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

*Leandro Martins*

*Ugl*

*Luís J. P. Simões*

*Susana Cardoso de Fátima*

*João Pedro Gomes*

*Ana Teresa Freitas*

*Roberto Roberto*

P. A. ✓  
D. ✓  
V. ✓  
S. ✓  
J. ✓  
A. ✓

## Relatórios de Auditoria

- Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
- Certificação Legal das Contas
- Relatório de Auditoria

# Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

**Aos Associados do**

## **INESC Microsistemas e Nanotecnologias – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores para os Microsistemas e as Nanotecnologias**

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e inclui os documentos de prestação de contas do INESC Microsistemas e Nanotecnologias – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores para os Microsistemas e as Nanotecnologias, relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2025 os quais são da responsabilidade da Direção.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade do INESC Microsistemas e Nanotecnologias – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores para os Microsistemas e as Nanotecnologias, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido da Direção e dos diversos serviços do Instituto as informações e os esclarecimentos solicitados.

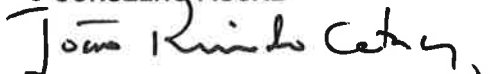
No âmbito das nossas funções, auditámos o Balanço em 31 de dezembro de 2025, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a Demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras.

Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do ano de 2025 preparado pela Direção e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho efetuado, o Revisor Oficial de Contas emitiu nesta data a Certificação Legal das Contas, sem reservas ou ênfases, a cujo teor damos a nossa concordância.

Face ao exposto, somos de parecer que as demonstrações financeiras suprarreferidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, para efeitos de apreciação em Conselho Geral de Associados.

Lisboa, 9 de abril de 2026

**O CONSELHO FISCAL**

  
João Manuel Ricardo Catarino - Presidente

  
Rosa Maria Martins Soares Monteiro Valente - Vogal



Grant Thornton & Associados – SROC, Lda. - Vogal  
Representada por Victor Domingos Seabra Franco, ROC nº 432  
ROC registado na CMVM com o n.º 20160133

---

**Grant Thornton**

Edifício Amadeo Souza Cardoso  
Alameda António Sérgio, 22, 11.º  
1495-132 Algés  
T: + 351 214 123 520  
E-mail: gt.lisboa@pt.gt.com

Avenida Arriaga, 30 – 1.º B  
9000-064 Funchal  
T: + 351 291 200 540  
E-mail: gt.funchal@pt.gt.com

Avenida da Boavista, 1361, 5.º  
4100-130 Porto  
T: + 351 220 996 083  
E-mail: gt.porto@pt.gt.com

# Certificação Legal das Contas

## RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do INESC Microsistemas e Nanotecnologias – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores para os Microsistemas e as Nanotecnologias (Instituto), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 6.575.035 euros e um total de fundos patrimoniais de 2.798.248 euros, incluindo um resultado líquido de 45.875 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do INESC Microsistemas e Nanotecnologias – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores para os Microsistemas e as Nanotecnologias em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do Instituto nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

VF

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

### **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Instituto de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Instituto de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Instituto.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Instituto;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

*VF*

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Instituto para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Instituto descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Instituto, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 9 de abril de 2026



---

Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.  
Representada por Victor Domingos Seabra Franco, ROC N° 432  
ROC registado na CMVM com o n.º 20160133



## RELATÓRIO DE AUDITORIA

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **INESC Microsistemas e Nanotecnologias - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores para os Microsistemas e as Nanotecnologias**, (adiante também designado por INESC ou Instituto), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 6 575 035 euros e um total dos fundos patrimoniais de 2 798 248 euros, incluindo um resultado líquido de 45 875 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Outras Matérias

O nosso exame incidiu sobre as demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2025, após a nossa contratação em 2 de dezembro de 2025, sendo que as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram objeto de exame por outro auditor e por um revisor oficial de contas, que emitiram em 4 de abril de 2025 opiniões não modificadas.

As demonstrações financeiras são sujeitas a exame pelo revisor oficial de contas que emitiu em 9 de abril de 2026 a respetiva certificação legal das contas.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do INESC nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

## **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

É da responsabilidade do órgão de gestão: (i) a preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; (ii) a elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis; (iii) a criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; (iv) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) a avaliação da capacidade do Instituto de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Instituto.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do INESC;

- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do INESC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o INESC descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Lisboa, 30 de abril de 2026



---

Rui Manuel Vicente Fernandes  
(ROC n° 1685, inscrito na CMVM sob o n° 20161295),  
em representação de BDO & Associados, SROC, S.A.